execução dos serviços e obras decorrentes das permissões de uso da faixa de domínio das rodovias federais sob gestão do DER/DF;

Art. 4º Os procedimentos de fiscalização compreendem a identificação dos tipos de ocupações irregulares, a avaliação do impacto do local para a segurança dos usuários da via e dos ocupantes, a abordagem dos ocupantes do local e a notificação dos mesmos, caso estejam em situação irregular; Parágrafo Único Nos casos de ocupação da faixa de domínio que não seja destinada à prestação de serviços ou ao comércio, os procedimentos de fiscalização deverão consistir na identificação dos tipos de ocupações irregulares, na avaliação do impacto dessas ocupações na segurança viária e na emissão de notificação aos responsáveis, quando constatada a irregularidade.

Art. 5º Constatada a situação irregular da ocupação da faixa de domínio e após abordagem, será emitida notificação e multa ao infrator, se for o caso;

Art. 6º O uso da faixa de domínio será concedido sem ônus à permissionária nos seguintes casos:

I - Concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, conforme o art. 2º do Decreto nº 84.398, de 16 de janeiro de 1980;

II - Prestadoras de serviços de telecomunicações, conforme art. 12 da Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015;

III - Estabelecimentos cadastrados como locais de espera, repouso e descanso e pontos de paradas, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015;

IV - Acessos de todos os tipos, respeitados os trâmites estabelecidos pela Instrução Normativa nº 10, de 2 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 64 de 4 de abril de 2019, e;

V - órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional da União, estados, municípios e Distrito Federal, sempre que a ocupação requerida seja para uso próprio, dentro de sua área de atuação e competência e desde que não seja destinada à exploração econômica;

Art. 7º O uso gratuito das faixas de domínio poderá ainda ser concedido conforme legislação específica, mediante análise de cada caso concreto.

Art. 8º Cabe à Superintendência de Trânsito – SUTRAN:

I - Prever ações pontuais de melhoramentos exclusivamente referentes à operação das rodovias federais sob gestão do DER/DF, para aumento da segurança viária e à comodidade dos usuários, tais como a implantação de semáforos; ondulações transversais e dispositivos auxiliares; e implantação de passarelas para travessia de pedestres, respeitando as normas rodoviárias do DNIT e as resoluções técnicas do CONTRAN;

II - Realizar operações de reversão e controle de tráfego visando a melhoria do escoamento das correntes de tráfego e a diminuição de congestionamentos, especialmente em horários de pico e em caso de grandes eventos, mediante acordo a ser firmado com a Polícia Rodoviária Federal – PRF, nos termos das competências expressas no § 2º, art. 144, da Constituição Federal de 1988;

III – Realizar as atividades relacionadas às operações de segurança no trânsito, bem como à fiscalização de trânsito e transporte, mediante acordo a ser firmado com a Polícia Rodoviária Federal – PRF, nos termos das competências expressas no § 2º, art. 144, da Constituição Federal de 1988;

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FAUZI NACFUR JÚNIOR

ATA Nº 1292

A Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei n. 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro – CTB e, demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN nº 918/2022, responsável pelo julgamento de recursos administrativos contra penalidades aplicadas em virtude do cometimento de infrações de trânsito, em decisão do colegiado informa e dá ciência aos proprietários e/ou infratores dos veículos que nas decisões de ARQUIVAMENTO, NÃO PROVIMENTO, nos processos abaixo relacionados, poderá ser interposto RECURSO em 2ª Instância na forma dos artigos 288 e 289 do CTB, até 30 (trinta) dias da disponibilização/publicação deste edital no site do DER/DF (www.der.df.gov.br) e Diário Oficial, apresentar recurso ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, no setor de Multas (GEIPE), endereço: SAM, Bloco C, Setor Complementares – CEP 70.620-030, Brasília-DF. Esclarecemos que nas decisões de PROVIMENTO, o DER/DF, poderá recorrer junto ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE. FORMULÁRIOS E ENDEREÇOS: Os formulários poderão ser retirados na Sede do DER/DF ou pelo sítio www.der.df.gov.br e poderão ser entregues, no prazo acima estabelecido, via remessa postal para o endereço da Sede do DER/DF (endereços e telefones podem ser obtidos no sítio www.der.df.gov.br). INFRAÇÕES: A lista das decisões também está disponível em (www.der.df.gov.br) O padrão de sequência de identificação dos dados da infrações abaixo relacionados é: nº do processo, placa, número do auto de infração e decisão.

Nº Processo SEI	Placa	Auto de Infração	Decisão
00113-00007013/2025-16	RFE0E92	CJ04036802	NÃO PROVIMENTO
00113-00008131/2025-33	KRN7021	CJ03978756	NÃO PROVIMENTO
00113-00008133/2025-22	JHZ6657	CJ04083852	NÃO PROVIMENTO
00113-00006475/2025-16	IZM9F29	CJ04009336	NÃO PROVIMENTO
00113-00008931/2025-54	PBI2B90	YE02457146	NÃO PROVIMENTO
00113-00009385/2025-79	JJZ1J57	YE02342069	NÃO PROVIMENTO
00113-00007610/2025-32	SGX4I23	GE01364458	NÃO PROVIMENTO
00113-00020375/2024-11	PBC3E56	GE01340941	NÃO PROVIMENTO

00113-00000518/2025-41	SGV8F96	YE02342072	NÃO PROVIMENTO
00113-00008671/2024-36	REN2G74	CJ03765764	NÃO PROVIMENTO
00113-00019723/2024-08	JHU4G97	YE02353554	NÃO PROVIMENTO
00113-00004205/2025-62	PBI7434	CJ04034723	NÃO PROVIMENTO
00113-00004198/2025-07	HKQ2349	CJ03979685	NÃO PROVIMENTO
00113-00004522/2025-89	PAH0782	CJ03999177	NÃO PROVIMENTO
00113-00006280/2025-68	PBM7233	GE01355442	NÃO PROVIMENTO
00113-00018583/2024-42	FPC1F52	CJ03893754	NÃO PROVIMENTO
00113-00026768/2024-21	HLC9421	GE01348155	NÃO PROVIMENTO
00113-00010270/2024-46	NKC7196	YE02332101	NÃO PROVIMENTO
00113-00010677/2025-54	PAZ7D28	GE01358066	NÃO PROVIMENTO
00113-00009678/2024-75	JJP5898	YE02330710	NÃO PROVIMENTO
00113-00010448/2025-30	BCA0C25	YE02464041	NÃO PROVIMENTO
00113-00008050/2024-52	SCM0B97	FC00638090	NÃO PROVIMENTO
00113-00006585/2025-70	REP9G07	GE01368315	NÃO PROVIMENTO
00113-00011524/2024-43	PBO0B46	YE02336534	NÃO PROVIMENTO
00113-00008824/2025-26	SGS4G62	YE02452650	NÃO PROVIMENTO
00113-00007903/2025-10	QQT9I69	FC00795020	NÃO PROVIMENTO
00113-00026519/2024-35	JGJ8263	YE02351761	NÃO PROVIMENTO
00113-00019702/2024-84	JKM5495	Y001590933	NÃO PROVIMENTO
00113-00009576/2025-31	GAS1394	YE02422591	NÃO PROVIMENTO
00113-00019570/2023-18	JJU3625	GE01296964	NÃO PROVIMENTO
00113-00008148/2025-91	JGV1I02	FC00758400	NÃO PROVIMENTO
00113-00025837/2024-89	SSG6F88	FC00746517	NÃO PROVIMENTO
00113-00009027/2024-85	SGU1I79	FC00630532	NÃO PROVIMENTO
00113-00001879/2023-43	JKK6734	CJ02982128	NÃO PROVIMENTO
00113-00008360/2024-77	JKN9755	YE02339419	NÃO PROVIMENTO
00113-00018109/2024-11	RHE4B61	CJ03824706	NÃO PROVIMENTO
00113-00010939/2024-08	SDO4H15	FC00631343	NÃO PROVIMENTO
00113-00008558/2025-31	RBK5B80	CJ04109101	NÃO PROVIMENTO
00113-00008401/2024-25	QAK6J38	YE02321395	NÃO PROVIMENTO
00113-00010333/2024-64	LTN9B21	YE02282678	NÃO PROVIMENTO
00113-00007237/2024-39	QQT3J81	YE02306729	PROVIMENTO
00113-00008224/2025-68	GUD4090	YE02435280	PROVIMENTO
00113-00009709/2025-79	QMJ3J30	YE02463998	PROVIMENTO
00113-00003528/2025-39	QND9348	CJ03970974	PROVIMENTO
00113-00009176/2024-44	PAZ0931	FC00615859	PROVIMENTO
00113-00008642/2024-74	REI7D81	CJ03777086	PROVIMENTO
00113-00009108/2025-66	EUS8994	CJ03029830	PROVIMENTO
00113-00018691/2021-72	PBH9H87	CJ01533075	PROVIMENTO
00113-00008644/2024-63	REI7D81	CJ03784767	PROVIMENTO
00113-00020407/2024-71	UA1I160	YE02370122	PROVIMENTO

FAUZI NACFUR JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 334, DE 05 DE JUNHO DE 2025

O SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº 01, de 16/04/2018, publicada no DODF nº 74 de 18/04/201 resolve:

TORNAR SEM EFEITO a publicação da Ordem de Serviço nº 327 de 03/06/2025 publicada no DODF nº 103, de 04/06/2025, página 56.

CARLOS GERALDO CAIXETA CRUZ

SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E JUVENTUDE

PORTARIA Nº 325, DE 06 DE JUNHO DE 2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAMÍLIA E JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, parágrafo único, do art. 10 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o disposto no artigo 2º, inciso V, da Lei nº 13.019/2014, bem como o disposto no artigo 16º do Decreto nº 37.843/2016, e a observância ao disposto no Item 9.1, Etapas 05, 06 e 07 do Edital de Chamamento Público nº 08/2025 e baseado nas análises da Comissão de Seleção, resolve:

Art. 1º Tornar público e homologar o resultado definitivo da habilitação do Edital Chamamento Público nº 08/2025, que tem por objeto a seleção de Organizações da Sociedade Civil (OSC), para em parceria com a Secretaria de Estado da Família e Juventude - SE executar projeto visando a capacitação intensiva de, no mínimo, 1.200 jovens no modo presencial e de, no mínimo, 1.200 jovens no modo online, em situação de vulnerabilidade social por meio de um curso presencial de 80 horas (20 horas semanais durante 1 mês), voltado para empreendedorismo digital, inteligência artificial, marketing digital, redes sociais, edição de vídeos e e-commerce, em Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Art. 2º De acordo com o item 9.1, Etapa 8 do Edital de Chamamento Público nº 08/2025, o Instituto ONG LÍDERES DO BRASIL deverá apresentar o Plano de Trabalho, observadas as orientações fornecidas pela Administração Pública quanto ao conteúdo do documento e em conformidade com o Anexo IV do Edital.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO DELMASSO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 05 de junho de 2025

PROCESSO: 00111-00008081/2022-06. INTERESSADA: ASSEMBLEIA DE DEUS PALAVRA VERDADEIRA, localizada no Condomínio Buriti, Chácara 02, Conjunto L, Lote 40 - Região Administrativa da Ceilândia - DF. ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TEMPLO RELIGIOSO/ ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS.

DETERMINO, com alicerce no despacho da Assessoria Acompanhamento de Projetos (DOC SEI nº 171456362), e com fulcro no inciso II, do § 6º, do art. 3º da Portaria Conjunta nº 10, de 05 de abril de 2024, o SOBRESTAMENTO dos autos por até 30 (trinta) dias, a contar a data de publicação deste despacho.

RODRIGO DELMASSO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 06 de junho 2025

PROCESSO: 00111-00016989/2024-47. INTERESSADA: Paróquia dos Evangelista São Marcos e São Lucas, localizada na Enqp 01 05, modulo A, Lotes A e B, Setor, P Norte - Ceilândia/DF. ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TEMPLO RELIGIOSO/ ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS.

DETERMINO, com alicerce no despacho da Assessoria Acompanhamento de Projetos (DOC SEI nº 172552719), e com fulcro no inciso II, do § 6º, do art. 3º da Portaria Conjunta nº 10, de 05 de abril de 2024, o SOBRESTAMENTO dos autos por até 30 (trinta) dias, a contar a data de publicação deste despacho.

RODRIGO DELMASSO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 06 de junho 2025

PROCESSO: 00390-00000506/2018-91. INTERESSADA: Paróquia Santa Teresinha (Capela Rainha da Paz), localizada na AE 03/08 LT 06 A/OCTOGONAL CRUZEIRO - DF. ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TEMPLO RELIGIOSO/ ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS.

DETERMINO, com alicerce no despacho da Assessoria Acompanhamento de Projetos (DOC SEI nº 172690866), e com fulcro no inciso II, do § 6º, do art. 3º da Portaria Conjunta nº 10, de 05 de abril de 2024, o SOBRESTAMENTO dos autos por até 30 (trinta) dias, a contar a data de publicação deste despacho.

RODRIGO DELMASSO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 06 de junho 2025

PROCESSO: 04036-00001112/2024-71. INTERESSADA: Igreja Adventista do Sétimo Dia, localizada no Assentamento Incra 08, Quadra 14, Lote 02, Brazlândia-DF. ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TEMPLO RELIGIOSO/ ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS.

DETERMINO, com alicerce no despacho da Assessoria Acompanhamento de Projetos (DOC SEI nº 170470314), e com fulcro no inciso II, do § 6º, do art. 3º da Portaria Conjunta nº 10, de 05 de abril de 2024, o SOBRESTAMENTO dos autos por até 30 (trinta) dias, a contar a data de publicação deste despacho.

RODRIGO DELMASSO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 06 de junho de 2025

PROCESSO: 00390-00006201/2019-74. INTERESSADO: Igreja Assembleia de Deus Missionária, referente a área QE 38, Área Especial, ao lado do Bloco B, Região Administrativa do Guará - RA X. ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TEMPLO RELIGIOSO/ ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS.

DETERMINO, com alicerce no despacho da Assessoria Acompanhamento de Projetos, e com fulcro no inciso II, do § 6º, do art. 3º da Portaria Conjunta nº 10, de 05 de abril de 2024, o SOBRESTAMENTO dos autos por até 30 (trinta) dias, a contar a data de publicação deste despacho.

RODRIGO DELMASSO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 06 de junho de 2025

PROCESSO: 0390-000719/2016. INTERESSADA: Associação da Igreja Evangélica Pentecostal Missionária Unidos em Cristo, localizada na Avenida D'monjolo, Quadra 310, Comercio Local S/N, Lote 15 - Região Administrativa do Recanto das Emas - DF. ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TEMPLO RELIGIOSO/ ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS.

DETERMINO, com alicerce no despacho da Assessoria Acompanhamento de Projetos (DOC SEI nº 172692485), e com fulcro no inciso II, do § 6º, do art. 3º da Portaria Conjunta nº 10, de 05 de abril de 2024, o SOBRESTAMENTO dos autos por até 30 (trinta) dias, a contar a data de publicação deste despacho.

RODRIGO DELMASSO

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

SECRETARIA ADJUNTA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 63, DE 05 DE JUNHO DE 2025

A SUBSECRETÁRIA DA CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pelo art. 49, III, da Portaria nº 227, de 11 de julho de 2022, bem como com base no Princípio da Publicidade disposto no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

ANULAR o Atestado de Viabilidade Legal nº 164/2019, de 06 de outubro de 2019 e Atestado de Habitação de Projeto - Análise Complementar nº 48/2022, de 03 de março de 2022, referentes ao endereço Setor Habitacional Alto da Boa Vista Avenida Aureliano Fonseca Quadra 201 AE 1 - Sobradinho/DF, tendo como proprietários EXPLORER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, autora do projeto ANDREIA ELISABETE SALVATO TARIFA, processo nº 00390-00004839/2019-71, expedido por esta Central de Aprovação de Projetos - CAP, tendo em vista que os atos administrativos realizados no processo de licenciamento de obras e edificações, caso constatada a ilegalidade na sua emissão, podem ser anulados, nos termos do art. 72 do Código de Obras e Edificações do Distrito Federal.

MARIANA ALVES DE PAULA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 64, DE 05 DE JUNHO DE 2025

A SUBSECRETÁRIA DA CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pelo art. 49, III, da Portaria nº 227, de 11 de julho de 2022, bem como com base no Princípio da Publicidade disposto no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

ANULAR o Atestado de Viabilidade Legal nº 90/2021, de 25 de março de 2021 e o Atestado de Habitação de Projeto - Análise Complementar nº 90/2021, de 14 de abril de 2021, referentes ao endereço Setor Habitacional Alto da Boa Vista, Quadra 206 AE 02 - Sobradinho/DF, tendo como proprietários EXPLORER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, autor do projeto MERVAL REBELO FILHO, processo nº 00390-00002386/2020-81, expedido por esta Central de Aprovação de Projetos - CAP, tendo em vista que os atos administrativos realizados no processo de licenciamento de obras e edificações, caso constatada a ilegalidade na sua emissão, podem ser anulados, nos termos do art. 72 do Código de Obras e Edificações do Distrito Federal.

MARIANA ALVES DE PAULA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

ATO DECLARATÓRIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a dispensa de licitação, com fundamento no artigo 29, inciso XI, da Lei nº 13.303/2016, e no artigo 131, inciso XI, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB - RILC/CODHAB, para a contratação direta do Banco de Brasília S/A - BRB, inscrito no CNPJ nº 00.000.208/0001-00, conforme os autos nº 00392-00003003/2025-41, no valor total de R\$99.050,00 (noventa e nove mil e cinquenta reais), para a operacionalização, emissão, gestão, entrega (acordada), e controle do Cartão Material de Construção - CMC, que foi criado pelo Programa Material de Construção - PMC, instituído no âmbito da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB.

ZENOBIO OLIVEIRA ROCHA

Diretor de Administração e Gestão

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

PORTARIA CONJUNTA Nº 18, DE 06 DE JUNHO DE 2025

OS TITULARES DOS ÓRGÃOS CEDENTE E FAVORECIDO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 105, parágrafo único, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal no art. 19, e Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, e no Decreto nº 17.698, de 23 de setembro de 1996, e ainda de acordo com o disposto na Ata da 123ª Reunião Ordinária do CONFAE - Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte, realizada em 06 de maio de 2025, resolvem:

Art. 1º Descentralizar o Crédito Orçamentário na forma que especifica:

Unidade Orçamentária Cedente:

DE: UO: 34902 - Fundo de Apoio ao Esporte do Distrito Federal

UG: 340902 - Fundo de Apoio ao Esporte do Distrito Federal

Unidade Orçamentária Favorecida: